

O JORNALISMO POLÍTICO DO INTERIOR E O SEU VALOR NOTÍCIA EM JORNAIS IMPRESSOS

POLITICAL JOURNALISM IN SMALL NEWSPAPERS AND ITS NEWS VALUES

Geder Luis Parzianello¹, Sandra Barbosa Parzianello², Louise Ariene da Campo³

RECEBIDO: 02/11/2017 | ACEITO: 01/03/ 2018

DOI: 10.5902/2317175829797

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar marcas discursivas e estratégias enunciativas que descrevam como se dá o enquadramento da notícia de cobertura política pelos jornais impressos *O Regional* e *Folha de São Borja*, em circulação no município de São Borja (RS). A partir de um estudo comparativo por metodologia da Análise do Discurso (AD), foi possível fazermos algumas identificações relativamente a pouca mediação dos meios impressos na arena social política comunitária naquelas localidades. Trabalhamos com a hipótese de que o enquadramento dado pelos jornais à pautas expressamente políticas tem sido superficial, e confere ao campo noticioso e aos leitores muito mais um sentido de normalidade que de mobilização e questionamento, o que seria a função dos jornais. A pergunta de pesquisa é justamente como os jornais efetivam esse enquadramento no sentido da mediação de temas políticos de interesse da comunidade. Trata-se de um levantamento empírico com análise de base teórico metodológica na AD de linha francesa e feita sobre um número representativo de edições desses dois jornais. O estudo caracteriza-se por sua interdisciplinaridade confluindo Teoria do Jornalismo com estudos em Ciência Política e Linguística.

Palavras-chave: Notícia; Política; Discurso; Jornalismo; Ciência Política.

1 Doutor em Comunicação Social pela PUCRS e pós-doutor em Medienwissenschaft pela Universität Paderborn, Alemanha (Bolsa Capes 2012/2013). Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela PUCRS e mestrado em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professor Associado da Universidade Federal do Pampa e professor do Mestrado Acadêmico em Comunicação (PPGC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) na Linha de Pesquisa Mídia, Cotidiano e Imaginário. Foi professor visitante (Gastprofessur) da Universität zu Köln na Renânia do Norte, Alemanha e pesquisador convidado da Università Degli Studi Roma Tre, na Itália.

2 Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas PPGCPol (UFPel). Possui graduação em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo (2005) e especialização em Docência do Ensino Superior pela União Educacional de Cascavel - PR (2006); graduação em Ciências Sociais - ênfase em Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa - Unipampa - São Borja/RS (2013) e Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel - RS (2015).

3 Discente do curso de Comunicação Social- Jornalismo da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Atuou como voluntária em Direção de Projetos e produção de conteúdo jornalístico na empresa Três Aspas Comunicação Júnior no período 2015/2016.

ABSTRACT

The objective of this article is to identify discursive marks and enunciated strategies of the news of political coverage by the printed newspapers *O Regional* and *Folha de São Borja*, in circulation in the municipality of São Borja, RS State in South Brazil. From a comparative study by Discourse Analysis (AD) methodology some identification was possible on the reduced mediation of the printed media in the social arena of community politics in those localities. We work with the hypothesis that the framing given by the newspapers to expressly political guidelines has been superficial and confer to the news field and to the readers much more a sense of normality than of mobilization and questioning as would be the function of the newspapers. The research question is precisely how newspapers do this framework in the sense of mediation of topics of interest to the community. This is an empirical survey with a theoretical-methodological basis in the French tradition of AD on a representative number of editions of these two newspapers. The study is characterized by its interdisciplinary aspects converging Theory of Journalism with studies in Political Science and Linguistics.

Keywords: News; Policy; Discourse; Journalism; Political science.

1 Introdução

Seguramente, a política está em todas as atividades humanas. O homem, como ensinou Aristóteles, é um animal político, *zoon politikón* (ζῷον πολιτικόν)⁴. Tudo o que fazemos é, nesse sentido, uma ação política, pois de alguma forma é sempre um *agir sobre outros* já que não vivemos sós, vivemos em sociedade nas cidades, para os gregos, *pólis*, (πόλις). Esse *agir sobre o outro* pode ser compreendido justamente enquanto uma ação que é social e que representa algum tipo de exercício de poder, daí sua função exatamente “política”. O conceito de política como práxis humana social nas cidades tem mesmo essa relação com a noção de poder. Trata-se desde a Antiguidade Clássica de um conceito que está em oposição ao estado de *ídion*, em grego (ἰδίον), de um indivíduo que perdeu a sua relação com a *pólis*.

Max Weber (1970, p.57) afirma que “todo homem que se entrega à política aspira ao poder”. Na teoria da Ciência Política e em seu subcampo, a Filosofia Política, a noção de “político” ganha uma compreensão maior que aquela compreensão sociológica postulada por Weber. O aspecto político vai estar na tomada de decisões através de meios públicos e mais perto de como pensavam os gregos antigos. No entanto, no domínio do jornalismo, seja por questões pragmáticas ou mesmo por alguma hermenêutica conceitual que continua vigente, a compreensão de “política” é de novo bem mais circunscrita e determinada, reduzida a uma fronteira de significados.

Ainda que de alguma forma toda a pauta jornalística possa ser compreendida enquanto uma pauta política, o fato é que por consenso e tradição, classificam-se editorialmente em jornalismo os assuntos de pauta política, como aqueles que dizem respeito diretamente à vida pública de homens públicos e aos fatos relativos à arena política formal, definida pelo exercício de cargos e funções públicas, exercidos por cidadãos eleitos pelo povo em uma

4 In: ARISTÓTELES. A Política. Série Filosofar. Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

sociedade democrática. Também dizem respeito a essas pautas as matérias que descrevem a dinâmica nas relações entre partidos e instituições com a sociedade, e cujo papel seja de alguma forma determinante nessa mesma arena.

Por isso, trabalharemos como uma editoria de política em jornalismo do interior, por conta do seu espaço de circulação de matérias jornalísticas, essencialmente informativas e que tem valor de notícia, porque se relaciona à atuação de prefeitos, vereadores, etc., e à gestão pública de temas de interesse da comunidade nos processos de tomada de decisão. O jornalismo, nesse sentido, atua então como mediador dos interesses em conflito na arena política, servindo de espaço e instrumento para a formação da opinião pública e a visibilidade de ações de governantes frente às aspirações dos seus governados. Radicalmente dependente do interesse público, esse tipo de mediação precisa seguir preceitos éticos e morais reconhecidos pela comunidade, além de realizar seu trabalho com total isenção segundo a deontologia do campo do jornalismo.

Isenção implica objetividade. Michael Schudson (2010, p.13) conta que o jornalismo norte-americano tem sido criticado com regularidade por não alcançar objetividade. Segundo o teórico, a exigência de objetividade no jornalismo é uma exigência estranha já que os jornais dedicam-se antes de mais nada a sua sobrevivência. Visto como um campo legítimo de tensões, os jornais teriam, acima de tudo, que dar espaço e voz aos diferentes posicionamentos e promover o debate de questões de interesse público e não exatamente acomodar o mundo numa visão essencialmente positivista de realidades objetivas. Os jornais não são sempre objetivos, embora seja sua função a busca por seu caráter de isenção.

Franklin Martins (2013, p.21) explora esse universo chamando a atenção de que o jornalismo político no interior tem uma preocupação menor em relação à isenção que o jornalismo político praticado nos grandes centros. Nas redações de jornais do interior, ainda é menor a separação da informação e da opinião, e os temas políticos são tratados de uma maneira bastante diferente. O autor lembra que os jornais são espaço de tensão e que as tensões mais significativas ou “que realmente importam, são as que têm a ver com a percepção da notícia e a forma de tratá-la” (MARTINS, 2013, p. 31).

Por isso é tão determinante que pesquisas sobre jornalismo político se voltem ao estudo desse objeto na descrição do processo comunicacional em jornais do interior, não só favorecendo a compreensão sobre como se dá esse processo, seja nas condições de produção, seja na circulação de sentidos, nos jornais em seus enunciados e narrativas, seja na força de recepção que essas narrativas têm quando em frente a diferentes auditórios.

Este artigo diz respeito a uma pesquisa que toma o jornalismo local como um objeto de investigação de uma forma interdisciplinar, confluindo estudos em Ciência Política, Linguística Discursiva e Teorias do Jornalismo. O objetivo geral da pesquisa foi o de descrever o enquadramento jornalístico da política no jornalismo local através de marcas enunciativas trazidas pela cobertura midiática nesses pequenos jornais. Partimos de uma hipótese empírica

e assistemática de que esse enquadramento ocorria de forma divergente daquela preconizada pela deontologia da profissão e que defende o jornalismo como mediador das tensões existentes na vida da comunidade. Os jornais pareciam, numa primeira percepção, abordar temas envolvendo atores da arena política numa função mais assistencialista que propriamente jornalística.

O que queremos significar com a ideia de função propriamente jornalística está na direção do pensamento de Kunczik (2002) e sua ideia de jornalismo de desenvolvimento. Por esse modelo de práxis, a imprensa deve trabalhar na mobilização social, favorecendo que a sociedade perceba de forma mais ampla possível os interesses em jogo nos conflitos sociais e contribua na busca por soluções de seus problemas. A função do jornalismo não é agradar suas fontes, nem acomodar os mundos, ou mesmo tranquilizar as pessoas, promovendo nelas um estado de imobilização e conformismo, mas, exatamente o contrário.

O jornalismo impresso local é de fato em comunidades interioranas ainda uma possibilidade significativa de acesso popular para o mundo da informação⁵, associado ao rádio cuja audiência conserva índices de maior identificação com essas comunidades por tradição, acesso gratuito ou comodidade. O consumo de informação pela internet em muitas regiões ainda não é a forma mais determinante de sociabilidade em cidades menores, nas quais as redes sociais vêm sendo usadas primordialmente enquanto espaço de socialização e contatos, de circulação de boatos, com as chamadas *Fake News* ou de informações sem maior preocupação com algum valor notícia ou com dados em profundidade. O valor notícia na tradição jornalística segue critérios que são internalizados por profissionais que atuam nos meios, e não levá-los em conta pode custar credibilidade a um trabalho. Um dano gigantesco, já que a credibilidade de um meio é o seu maior patrimônio intangível.

Esta pesquisa encontra justificativa na dimensão da necessidade de se reconhecer o jornalismo impresso como um meio de influência na formação da opinião pública e cuja participação no campo social e político torna-se tanto forma quanto instrumento para a transformação da realidade e o consequente desenvolvimento dessas comunidades do interior. O jornalismo impresso assume ainda lugar de referência para formadores de opinião e tem decisiva influência no contato com a comunidade local, sendo a sua forma de interação determinante para o imaginário social dos seus leitores e por extensão também a não leitores, cuja percepção do real encontra-se muitas vezes atrelada a esses formadores de opinião.

Tomando os jornalistas como responsáveis pela produção da notícia e a construção dos discursos, no caso particular dos impressos, as estratégias narrativas revelam fundamentalmente como se dá esse enquadramento da cobertura jornalística, aqui meramente exemplificada por nossos recortes da amostra no

⁵ Importante considerar que a leitura e a escrita foram desenvolvidas historicamente por uma elite nem sempre econômica, mas menos numerosa que outras camadas da população. O que se reconhece por popularidade em jornalismo impresso tem, portanto, uma conotação diferente daquela que compreende o popular por uma estratificação numérica ou econômica e social periférica. Nesse conceito sobre o que seja o popular situam-se teorias ora antropológicas ou sociológicas, ora históricas ou de outros campos do saber.

espaço da editoria política. Cabe salientar que a complexidade da política passa os caminhos democráticos da participação popular e do debate transparente a partir de grupos de interesse, instituições organizadas ou sujeitos que reivindicam por maiores oportunidades na solução de suas demandas sociais e das decisões políticas. Crick (1981, p.6) lembra justamente esse âmbito de negociação que se encontra inerente ao conceito de política quando afirma que a política “pode ser definida como a atividade através da qual são conciliados os diferentes interesses, dentro de uma determinada unidade de governo, dando a cada um deles uma participação no poder, proporcional a sua importância para o bem-estar e a sobrevivência de toda a comunidade”.

O que queremos apontar é que o jornalismo do interior descumpra o ideal de isenção e de promoção dos leitores como forma de desenvolvimento ao optar por uma construção da notícia que se coloque antes a serviço dos atores sociais em seus interesses do que necessariamente ao interesse público, que em última análise, é aquele que deveria justificar e mover todas as estratégias narrativas e discursivas em torno dos fatos, mesmo em se tratando do campo da política.

2 Referencial Teórico e Metodológico

A pesquisa empírica que realizamos esteve sempre à luz da fundamentação teórica que expomos a seguir, paralelamente ao tratamento descritivo metodológico e que resultou na identificação de categorias de análise discursiva. Assim, teoria e prática dialogam de fato, não apenas na realidade concreta da pesquisa, mas, também nesse relato na forma de artigo científico. Não compreendemos a teoria dissociada da metodologia da pesquisa e dissociada da análise dos dados empíricos.⁶

Partimos da noção vigente no campo do Jornalismo de que a responsabilidade do profissional de jornalismo ao tomar a organização de determinados assuntos e termos noticiosos, ordená-los, enquadrá-los e traduzi-los para a compreensão dos seus auditórios, lhe confere *status* de poder que se impõe sobre outras negociações sociais ou mesmo políticas. Pelo menos em tese. O jornalista poderia e deveria, portanto, atuar de forma autônoma mesmo em terreno arenoso como é o da política com tantos interesses em jogo. O que identificamos, no entanto, é que em jornais do interior o texto da editoria de política parece não se enquadrar dentro desse *status*, parecendo muitas vezes servil ao interesse de personagens da política cuja relação com o impresso é de uso para promoção pessoal. Não é essa, definitivamente, a função do jornalismo. Não que esse comportamento não exista nos jornais de grandes centros,

⁶ Cabe informar o enfoque analítico que é dado à pesquisa. Qualquer elemento pode ser estudado enquanto marca linguística, ou “marca de discurso”, podendo ser selecionadas poucas marcas linguísticas para interpretação; na AD não é necessário analisar tudo que aparece no texto, pois se trata de uma análise vertical e não horizontal. O caráter comparativo, nesta pesquisa, está no estudo paralelo de dois jornais impressos. “O importante é captar a marca linguística e relacioná-la ao contexto sócio histórico. Deste modo, várias leituras do texto farão com que o analista do discurso estranhe aquela(s) palavra(s) ou formas sintáticas, pode ser que marca(m) o discurso e se repete(m), visualizando assim as marcas linguísticas”. (cf. MUTTI, R; CAREGNATO, R. 2006).

mas é menos flagrante que aquele que se verifica nas redações do interior. Parece haver uma relação muito próxima entre o grau de desenvolvimento de uma comunidade e a forma como nela se faz jornalismo.

Kunczik (2002, p.340) fala em jornalismo de desenvolvimento chamando a atenção de que não é jornalismo de desenvolvimento a reportagem meramente afirmativa que “enaltece de forma ritual os supostos êxitos dos detentores de poder”. Nessa função de promotor do desenvolvimento, o jornalismo deve assumir sua função crítica, explica Michael Kunczik, destacando que uma das tarefas mais importantes desse tipo de jornalismo é a de educar o povo, pelo que o padrão de desenvolvimento de uma nação já não se mede unicamente por questões econômicas. Pela análise que realizamos nos referidos jornais do interior gaúcho, essa função educativa e crítica praticamente desaparece no tratamento da notícia de política.

Quando um jornalista seleciona a forma que dá à notícia a partir de fatos e com isso oferece a dimensão de um acontecimento, ele está emprestando seus olhos para seu público. A partir da escolha e visão da notícia, o profissional de jornalismo “enquadra” por assim dizer um acontecimento; ele opta pelo foco em alguma parte da realidade e exclui outras formas de divulgar os fatos. Esse quadro em que a realidade parece descrita toma um aspecto conceitual de “enquadramento” no conceito da pesquisadora da USP, Mayra Gomes (2004), que em sua pesquisa de Pós-doutorado estabeleceu uma concepção de enquadramento de mídia, sob um ponto de vista conceitual, e que foi de fato a nossa referência teórica primeira para efeito do estudo sobre os enunciados dos jornais do interior.

As notícias de política encontram-se enquadradas em marcas enunciativas cujo quadriculado não define apenas fronteiras de sentido, mas, também de relações. Uma dessas marcas, como veremos mais tarde, é a repetição na forma de redundância que funciona, conforme pensa Gomes (2004) enquanto uma forma de aplainar diferenças e de certo modo apagá-las. Na prática, equivale a dizer que os jornais usam estratégias discursivas para a construção de sentido apaziguador, pretendendo um estado de normalidade forjado pela repetição de quadros, em um terreno nada ajustado, mas pelo contrário, absolutamente tenso que é o terreno da política. O leitor tem assim uma falsa sensação de ordenação do mundo e de justeza da realidade, quando o jornal deveria estar justamente tencionando e mediando essa relação conflituosa que está na natureza do interesse das causas políticas. Os conflitos parecem apagados pela narrativa e pela enunciação jornalísticas.

O instrumento de análise metodológica que compreende esta nossa pesquisa parte de um levantamento em uma fase empírica da investigação, feita junto aos dois jornais em circulação no município de São Borja, no interior do Rio Grande do Sul: *A Folha de São Borja* e *O Regional*. A escolha por esse corpus de pesquisa se deve às abordagens diferenciadas no tratamento da notícia sobre política que desde uma compreensão deontológica parecem

descumprir sua finalidade informativa e divergir conceitualmente no contexto do jornalismo como campo do saber e que explicam sobre como e porque as notícias são como são.

Na análise das práticas enunciativas expressas em edições que computaram o recorte da amostra desses dois jornais, foi possível identificar como eles expressam, de modo semelhante ou divergente, a realidade política no produto que oferecem a seus leitores e o quanto esse enquadramento noticioso está na direção contrária das expectativas que se tem em torno do que seja um bom jornalismo em uma sociedade desenvolvida e democrática. Essa expressão a que nos referimos como praticada pelos jornais se identifica por marcas enunciativas. Daí que o conceito de enunciado será fundamental para a compreensão do processo discursivo em seu funcionamento.

“O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido”, ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita)”. (FOUCAULT, 2014, p.105).

Essa compreensão de Michel Foucault sobre o enunciado é a que Gomes (2004) também reafirma, ao lembrar que o enunciado se realiza no ato e o ato se realiza no enunciado. O que um texto jornalístico diz, portanto, que alguém disse, numa função testemunhal que lhe é própria em terceira pessoa, é um ato político em si pelo signo que carrega contido e que toda interpretação é capaz de reconhecer. Os enunciados, no entanto, não são falas descoladas de um contexto, pelo que seriam tão somente “dizeres”. Enquanto enunciados, eles precisam dessa contextualização para que seus signos sejam reconhecidos devidamente. Numa comunidade do interior, claramente, esse reconhecimento contextual pode ser facilitado pela proximidade espacial que os sujeitos leitores possuem em relação às fontes citadas nas matérias de política. Como se diz do cotidiano da vida do interior, *todo mundo se conhece*. Ainda que não seja exatamente assim, é desta forma que no imaginário social reside a ideia sobre como funciona a sistemática da vida social em comunidade no interior.

Todorov (1970), em tradução livre, vem na mesma direção lembrar que:

“a enunciação de um enunciado não saberia ser compreendida se nos limitarmos somente a ela. Para descrever corretamente o processo de enunciação, não é suficiente notar as circunstâncias presentes do ato da palavra; é necessário também (re)constituir a história da enunciação. Pois cada enunciado é a consequência de uma série de transformações de uma enunciação primeira; cada enunciação possui, assim, sua história transformacional.” (TODOROV, 1970, p. 35).

Precursor dos estudos em Análise do Discurso, Michel Pêcheux (1990) soube identificar que os enunciados se apresentam por alguma estabilidade lógica mesmo variável, pelo que se pode categorizar a sua ocorrência na forma de marcas. Foi o que tentamos realizar com esta pesquisa. Estivemos cientes o tempo todo, ao longo de nossas seleções de amostra e análises sobre o corpus do recorte das ocorrências que consideramos significativas, que nos enunciados jornalísticos havia muito mais do que se podia reconhecer na superfície de seus escritos.

Na dimensão discursiva dos textos de política nos impressos, os dizeres dos jornais configuram sinais de existência de outros discursos que ali se atravessam, como veremos nas análises. Uma afirmação pode também significar em certo sentido a negação da negação, por exemplo. Não só isso se revela como estratégia discursiva senão que também integra ou compõe esse mecanismo de enquadramento de que trata Mayra Gomes (op.cit.).

O discurso político em jornais é assim um particular, à medida que fala de sua realidade contextual imediata, de seus atores políticos e enfrentamentos. Mas ali também se situa muito de um universal, de uma formação discursiva que se deseja reproduzir (conscientemente ou não) e que se vai cristalizando na crença e na capacidade cognitiva de cada auditório.

O teórico político Ernesto Laclau (2011), analista de discurso da chamada Escola de Essex, igualmente circunscreve-se entre aqueles que defendem a necessidade de pensarmos na relação universal e particular para a promoção do debate político. A importância do enquadramento jornalístico da política e, portanto, no jornalismo local, permite um processo de unificação e fortalecimento das demandas de diferentes origens. O particular parece absorvido pelo universal e uma hermenêutica mínima já reconhece sentidos que favorecem aqueles que usam o jornalismo como espaço de neutralização das tensões, conflitos de interesse e forças argumentativas.

Recorremos, para efeito de pesquisa, primeiro metodologicamente ao levantamento empírico (por amostragem) desses dois jornais impressos de São Borja, exatamente para reconhecer neles a ocorrência de situações enunciativas que consideramos exemplares para a finalidade de nossas hipóteses. Necessário frisar que a amostra não se pretende esgotar o universo de ocorrências discursivas, tampouco podemos neste breve artigo expressar a profundidade toda deste conjunto de recortes, exceto por seu valor ilustrativo.

O recorte da pesquisa compreendeu o período de 31 de maio de 2017 a 02 de setembro de 2017, extraído dessa coleta inicial o total de dez edições⁷. A tabulação dos dados encontrados consistiu no agrupamento da amostra em três categorias, a fim de se observarem as características que marcam o enquadramento da política nesses meios. Como primeira categoria, qualificamos as marcas que nominamos por “Categoria dos verbos apaziguadores” e nela

⁷ Em pesquisas realizadas no amparo a teorias ou metodologias de Análise do Discurso, as amostras valem por suas singularidades de ocorrência tanto quanto por regularidades sincrônicas ou diacrônicas. A aparente superficialidade de uma amostra se desfaz pela profundidade com que são interpretados os sentidos das marcas discursivas contidas no recorte da pesquisa. Neste sentido diremos, desde uma possível semiótica discursiva, que o conjunto mesmo pequeno de amostras valem, antes, por seu valor *indicial* enquanto signos de um discurso que por seu quantitativo.

agrupamos ocorrências enunciativas facilmente identificadas pelo emprego de vozes verbais cujo discurso subjacente é neutralizador e de não enfrentamento mesmo quando tratando de matéria política, nas quais certas tensões poderiam ser esperadas e razoáveis.

Uma segunda categoria é a que denominamos “Categoria de não tratamento noticioso da notícia”, na qual se agrupam ocorrências de um discurso que vai na contramão da deontologia do campo profissional e se aproxima mais de uma experiência em relações públicas ou de prestação de serviço de assessoria de imprensa do que propriamente jornalística.

A terceira categoria que conseguimos identificar pelo agrupamento de marcas é justamente a que resolvemos compreender como “Categoria de mesma abordagem”, e que se aproxima muito do modelo de quadrículo que Mayra Gomes define como repetição e redundância em estratégias de enquadramento. Segundo a autora, “é sob o nome execrado de redundância que essas operações de repetição são colocadas” (GOMES, 2004, p. 25).

Aquela primeira categoria, a “Categoria dos verbos apaziguadores”, consiste em um conjunto de matérias publicadas por ambos os jornais que revelaram a utilização de verbos específicos, principalmente em manchetes, os quais parecem pretender afastar o sentido de confronto das fontes das notícias (todas elas políticas) em relação a outros atores sociais das suas realidades. Nesta perspectiva, os jornais identificados apelam para as categorias e demandas populares que parecem estar exteriorizadas ao sistema ou pouco lembradas pelas instituições, como no caso, sobre os idosos, como veremos adiante. Laclau e Mouffe (2015) se somam à noção já descrita como sendo dos cânones em *Análise do Discurso*, relativamente ao contexto da enunciação. Afirmam, literalmente: “(...) em nossa terminologia, (...) toda identidade ou objeto discursivo é constituído no contexto de uma ação.” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 40).

Os sujeitos sociais interpelados assim no discurso mudam os conflitos através dos quais eles são interpelados e também os espaços em que os conflitos são apresentados. O jornalismo atua nesse particular como espaço de neutralização, que é contrário a sua própria natureza instigadora e crítica. Preocupados com ocorrências que identificamos nesses jornais desde nossa experiência empírica e assistemática enquanto leitores e em seguida de uma forma então mais sistemática e amparados por um vasto referencial teórico interdisciplinar, como profissionais da área e pesquisadores, selecionamos ao fim e ao cabo, dez matérias que demonstram esse tipo de enquadramento em ambos os jornais. No conjunto totalizando, portanto, 30 exemplos de enunciados jornalísticos em dois jornais e num total de oito edições. A amostra é meramente ilustrativa para fins deste artigo.

Sendo assim, no recorte da amostra encarna-se a marca da primeira categoria nas matérias publicadas no jornal *Folha de São Borja*: uma primeira delas, publicada na edição de nº 4.120, na data de 26/07/2017 (à página 4), em que é possível observar a unidade verbal que confirma essa ocorrência: “Deputado Heitor Schuch

ouviu demandas de São Borja” (grifo nosso). Com efeito, a passividade da escuta é uma zona confortável a um edil de quem se espera uma ação mais proativa para enfrentamento de questões sociais que busquem solução na arena política.

Uma segunda matéria então na edição nº 4.128 de 23/06/2017 (à página 3) trazia o enunciado: “Vereador Adão Santiago **acompanha** trabalho de recuperação das ruas” (grifo nosso). Perceba-se a marca discursiva da passividade se reafirmando, quase como que a produzir um signo de coadjuvante à personagem política. A terceira delas, também na mesma edição e data e em mesma página, inclusive, encontrava-se assim enunciada: “Vereadora Fátima da Rocha **pede** organização da Semana do Idoso” (grifo nosso). O verbo pedir é ameno, não invoca sentidos de enfrentamento nem de qualquer natureza de conflito. Aqui parece estar em jogo tão somente a necessidade e utilidade do homem público de estar na mídia e conquistar espaço na memória coletiva de sua comunidade, com fins obviamente eleitorais futuros já que existem eleitores que votam mais pela lembrança de nomes que de feitos, conforme estudos conhecidos acerca da formação da Opinião Pública desde Walter Lippmann, em 1922.

A quarta matéria a compor esse recorte encontramos ilustrativamente na edição de nº 4.122 de 02/09/2017 (à página 3), com o seguinte texto: “Vereadora Sandra **participa** da posse da nova diretoria da Ascomvilca” (grifo nosso). Novamente a função meramente testemunhal, de assistência ao fato, sem uma atuação efetiva na resolução de questões de interesse da comunidade.

Em uma quinta amostra, desta vez na edição datada de 30/08/2017 sob nº 4130, (à página 3) lia-se: “Vereador Adão Santiago **vistoriou** atividades do projeto São Borja Mãos à Obra” (grifo nosso). Apesar de parecer em primeira análise uma ação efetiva, a vistoria é uma ação bastante neutra, difere da função fiscalizatória que é premissa da atividade do legislador. O verbo em questão deveria ser “fiscaliza”, uma vez que o vereador não é um cidadão comum a observar um projeto seja ele qual for. Sua função é uma função pública, é para isso que ele é remunerado com verba pública.

No jornal *O Regional* encontrou-se também ocorrências nessa forma de categoria: a primeira, na edição de nº 352 de 09/06/2017 (à página 4) vem enunciando que: “Presidente **exalta** reativação da Ulfro em São Borja” (grifo nosso). A segunda matéria que selecionamos, diz respeito à edição nº 362 de 18/08/2017 (à página 5) com o seguinte enunciado: “André Dubal **trata** de área da Fepagro para Escola da Encruzilhada” (grifo nosso). Uma terceira matéria também na edição nº 362 de 18/08/2017 (à página 5) continha o seguinte enunciado por sua vez: “Heinze **participa** de reunião sobre produção nacional de trigo” (grifo nosso).

Observemos que nos três casos mencionados acima os verbos de fato assumem uma função semântica discursiva de apaziguar o espírito do leitor, que se sentiria confortado com a atuação dos seus representantes. Não foi diferente nas amostras seguintes: na edição de nº 355 de 30/06/2017 (à página 5) se pode ler: “Vereador Marcelo **quer saber** quais os critérios de distribuição das

cestas básicas” (grifo nosso). E na quinta na edição, de nº 356 de 07/07/2017 (à página 5) novamente: “Sossella **reforça** a importância de aeroporto de São Borja ao secretário nacional de aviação” (grifo nosso). Nessa categoria inteira, nos dois jornais, percebe-se e confirma-se que o jornalismo se presta no campo da editoria política, neste caso e em outros, muito mais a serviço do ator político no município do que aos leitores dos jornais.

Segundo Ferreira (2011), à imprensa, no que diz respeito à política, deve exercer quatro funções, sendo elas: a) proporcionar discussão de ideias mesmo sendo contraditórias; b) dar voz à opinião pública; c) representar o cidadão avaliando a cena política e o desempenho dos políticos; e d) atuar como “vigilante” que informa quando há sinais de mau comportamento, abuso de poder e corrupção. Tendo em vista essas funções, a forma como ambos os jornais aqui trabalhados enquadram a política está em desacordo com as principais funções que a imprensa deveria exercer.

A segunda categoria classificada para efeito de análise é a do **não tratamento noticioso da notícia**, em que a abordagem coloca a opinião do jornalista quase como que a sufocar a informação contida na notícia. Conforme se lê nas manchetes do jornal *O Regional*: a primeira, na edição nº 363 de 25/08/2017 (página 5): “Para jorrar dinheiro”, na qual em apenas pouco mais de um parágrafo de texto sem vozes de fontes jornalísticas e com ausência de dados para embasar o leitor, o conteúdo informativo encontra-se construído tão somente a partir do ponto de vista do autor.

A segunda matéria para ilustrar essa categoria está na edição de nº 356 de 07/07/2017 (página 5) com: “Élvio Feltrin critica retorno de Aécio ao Senado”, em que há apenas como fonte o vereador e, também, que o desenvolvimento da matéria se dá apenas a partir da opinião do ator político. A terceira matéria, também na mesma edição data e página: “Carmelito elogia Feltrin e critica cenário da política brasileira”, a matéria é embasada na opinião do político “Carmelito” sobre o pronunciamento de outro político, como fonte há apenas o ator político mencionado.

A quarta marca enunciativa figura-se na edição nº352 de 09/06/2017 (página 4): “Dificuldade”. Nela, a matéria é construída em dois parágrafos apenas, não há nenhuma fonte jornalística e a opinião do autor perpassa a informação contida no material. Numa quinta ocorrência, também na edição naquela edição e página: “Celso Lopes reclama das barragens e fala de mudanças na saúde”. Ali, novamente, o tratamento se repete com a ausência de fontes e dados. A sexta marca que identificamos aparece na edição nº 361 de 11/08/2017 (página 5): “Lei que beneficia mulheres e idosos é discutida com a Integração Transportes”. Observou-se que na matéria além da falta da fala dos presentes na reunião, também há a ausência de aprofundamento na lei e explicação sobre o que se trata.

Outra vez, na edição de nº 361 de 11/08/2017 (à página 5), se podia ler: “Reação ao distritão já conta com 142 deputados”. Observou-se que a matéria é elaborada sem nenhuma fonte e com uma linguagem bastante legalista, o que dificulta o entendimento por parte do público leitor.

As próximas três ocorrências se encontram nas páginas do jornal *Folha de São Borja*: a primeira, na edição 4.131 de 02/09/2017 (página 4) com: “Deputado Valdeci Oliveira esteve em São Borja e criticou o governo do Estado”, semelhante à abordagem do jornal *O Regional*, sem fontes ou dados, exceto a opinião do ator político. A segunda, na edição 4.125 de 12/08/2017 (página 3): “Eugênio Dutra aprova nota de repúdio à medida contra aposentadoria da mulher policial civil”, assemelha-se à abordagem do jornal *O Regional*, sendo uma linguagem extremamente legalista e sem explicação, dificultando o entendimento do público leitor. E a terceira, na edição 4.126 de 16/08/2017 (página 3): “Prefeitos e vereadores ouvem a comunidade da Vila Goulart”, em que não há nome e fala de algum morador do local reivindicando alguma questão, há apenas exposição do coletivo: “Os moradores pediram mais vagas nas escolas (...)”, por exemplo. Com as ocorrências citadas acima percebe-se que o conteúdo informativo além de ser construído a partir do ponto de vista do autor, é também elaborado a partir da opinião dos atores políticos do município, prevalecendo opinar a informar, sem que para isso se constitua em texto de coluna ou assinado. Em função dos limites de espaço para um artigo científico, não é possível aqui descrever mais profundamente as implicações semânticas e discursivas desses e outros enunciados selecionados na pesquisa. Essa amostragem, todavia, já é suficiente para apontar e recortar devidamente o problema de pesquisa e indicar uma questão a ser tratada no campo da profissão bem como melhorar o estudo em pesquisas específicas de jornalismo.

Identificamos uma terceira via de ocorrências, que denominamos categoria de **matérias com a mesma abordagem** presente em edições dos jornais que possuem mais de uma notícia com a mesma abordagem. No jornal *Folha de São Borja* se tem as ocorrências: a primeira, na edição nº 4.125 de 12/08/2017 (ambas na página 5): “Jefferson Homrich apresenta relatório das suas atividades no primeiro semestre” e “Cassafuz apresenta balanço de suas atividades no primeiro semestre de 2017”. A segunda, na edição nº 4.114 de 05/07/2017 (ambas na página 4): “Vereador Adão Santiago acompanha obras da prefeitura” e “Jefferson Homrich fiscaliza atividades no CRAS Passo e no ESF 3”, ambas notícias possuem a mesma abordagem, o ator político averiguando questões que dizem respeito ao seu trabalho e que emprestam valor semântico de normalidade aos fatos da realidade objetiva.

A terceira marca reconhecemos na edição de nº4.113 de 01/07/2017 (página 3 e 4): “Vereadores debatem reajuste anual com professores municipais” e “Vila Vicentinos debate segurança pública com autoridades”, ambas abordam debates entre servidores e representantes do município. Outras: edição nº 4104 de 31/05/2017 (ambas na página 3): “Vereador Elvino Feltrin promove reunião para debater programação da Semana Farroupilha” e “Homrich promove mais uma edição do projeto Vereador na Comunidade”. E a quinta ocorrência no jornal *O Regional* na edição então sob nº 355 de 30/06/2017 (ambas na página 5): “Representantes do Cartório Eleitoral visitam Eugênio Dutra” e

“Grupo de escoteiros visita o presidente da Câmara Municipal”, a abordagem em ambas as notícias é a mesma, a única modificação é a manchete, pois em uma matéria chamam o ator político por seu nome e em outra por sua função.⁸

Assim, percebe-se, nesses casos, que a mesma temática surge sem a devida apuração e que acaba recebendo o mesmo tratamento mais de uma vez em uma mesma edição do jornal, inclusive. Condições de produção da notícia como a reduzida atividade de assessorias de comunicação tanto de fontes pessoais quanto institucionais concorrem para a reprodução acomodada de modelos e para um jornalismo sem devida apuração. O tratamento de imagem nas matérias também parece limitado a contribuições de apenas um profissional, o que empresta um olhar sempre padronizado e compromissado com a informação e suas fontes.

Através da análise das edições dos jornais trabalhados nessa pesquisa observou-se que a editoria de política nesses dois casos possui um tratamento superficial de suas temáticas, nos quais não há diversidade de vozes e fontes fotográficas, sendo a editoria totalmente dependente do trabalho da assessoria de imprensa de espaços públicos do município. Isso dificulta uma construção maior de entendimento das informações veiculadas em suas edições. A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma, ela é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade.

O problema é que os discursos veiculados não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presentes na sociedade. As vozes que se fazem ouvir na mídia são representantes das vozes da sociedade, mas essa representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem sem muita eficiência a diversidade social e isso pode ser visto como um risco para a democracia.

Em relação ao discurso sobre política nesses jornais, ficou nítido que as publicações centralizam sua produção na personalização, simplificando os fatos, ou seja, os leitores são inseridos em formações discursivas que os enquadram enquanto meros espectadores da política e dos políticos. Essa articulação entre os sujeitos e os objetos é apontada por Ernesto Laclau: “Agora, em nosso intercâmbio com o mundo, os objetos nunca são dados a nós como meras entidades existenciais; eles são sempre dados a nós dentro de articulações discursivas.” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 42).

O enquadramento jornalístico da política pressupõe uma visão dos jornalistas tanto por si, como na tentativa de ser pelo público. Alguns se colocam no papel de mediadores dos conflitos, enquanto vozes da transparência do poder público e de vigilantes dos políticos. Outros, geralmente individualizados, se resumem a uma plebe, que se sentem não representados efetivamente no conjunto da democracia. O que queremos destacar é que essa segunda posição tem consequências também desastrosas para a sobrevivência da atividade

⁸ Para isso, comparamos os jornais e avaliamos esta questão do sujeito. Notou-se que a centralidade dos relatos jornalísticos nos sujeitos e espaços conduz a uma ideia de categorias sociais legitimadas socialmente; o foco está na construção do sujeito político e/ou aquilo que, significativamente ele representa.

jornalística. Quando os jornais fazem o que fazem, ou seja, quando essas notícias são como são, há uma normalidade em jogo que tem interesse em diversas direções. Uma situação que conforme Bernardes (2008)

“é boa para os políticos, que mantêm seus poderes inquestionáveis, para as empresas de comunicação, que continuam vendendo seus jornais, e também para o público, que se acostuma a recorrer aos veículos para resolver qualquer tipo de problema”. (BERNARDES, 2008, p. 5).

No entanto, essa condição favorável se esgota na medida em que cresce a exigência dos leitores com a qualidade da informação e à medida que o jornalismo enfrenta concorrência e que lide com o jornalismo de dados, com a notícia em profundidade, contemplando análise e contexto a serviço efetivo do interesse do leitor.

Conforme afirma Pinto (1993, p.117), o discurso jornalístico colabora para “construir uma visão do mundo político brasileiro que privilegia a despolitização das relações entre a sociedade civil e a política”. É esse, afinal, o jornalismo que queremos, enquanto cidadãos e mais ainda, enquanto profissionais do meio? Essa discussão precisa ser levada para a sociedade. Precisamos reconhecer que na extensão dessa questão é a nossa condição de sujeitos mesmo que se revela em xeque. Importa reconhecer que “(...) é o discurso que constitui a posição de sujeito do agente social e não é, portanto, o agente social que é a origem do discurso (...)” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 39).

As marcas discursivas identificadas ajudam a compreender o profissional de jornalismo que atua no interior, a maneira como os sujeitos tomam o jornalismo, bem como o modo como as empresas de comunicação de um modo geral tratam os fatos. Mas essa consciência ausente de crítica no contrato de leitura não é tão fácil assimilar nem em relação a suas causas reais, nem a razões talvez que a justificasse. Há um jornalismo crítico apenas em torno do que interessa e o que interessa parece ser o que não afeta aos jornais.

MIGUEL (2002) percebe um elemento presente na forma de uma espiral do cinismo, por meio do qual a imprensa lê apenas cinicamente a disputa política e existe um acomodamento do homem político a condutas esperadas pela mídia. De fato é mais comum do que se imagina esse tabuleiro de xadrez já se encontrar com as jogadas determinadas, mas felizmente a realidade não é uma simulação programada de um jogo qualquer. As disputas são reais e os desconfortos com o cinismo muitas vezes nitidamente estampado de alguns jornais gera descrédito na opinião pública e um alto grau de perda de interesse do leitor.

Não obstante a atuação dos jornalistas e das organizações jornalísticas, seja influenciada pelos seus interesses econômicos ou pela agenda de atores políticos aliados, ela não pode ser apropriadamente reduzida a eles. Os jornalistas e as organizações jornalísticas se dirigem aos agentes políticos e ao público em geral de um lugar que lhes é próprio. Em particular, os jornalistas

e organizações jornalísticas reivindicam desempenhar o papel de representantes dos legítimos interesses dos cidadãos (ALBUQUERQUE, 2013, p.7). Resta saber se essa reivindicação é capaz de sair do ideário dos códigos deontológicos, atravessar barreiras e chegar a permitir transformações mais que necessárias ao modo de fazer jornalismo político no interior.

3 Considerações Finais

A editoria de política de ambos os jornais analisados neste trabalho sofre uma crise de identidade, que se torna ainda mais problemática, haja vista a crença que recai atualmente sobre o jornalismo impresso como um todo em função do crescimento de notícias falsas, chamadas *fake News*. O tratamento noticioso, como vimos, é dado na editoria política do interior sem aprofundamento na abordagem, estagnando numa forma apenas no superficial do acontecimento e reportando o acontecimento ao personagem e não à efetiva atuação dele para a promoção do interesse público.

Percebeu-se que as técnicas jornalísticas de apuração como as entrevistas com fontes diversas (para mostrar os outros lados da notícia), a checagem de informação, as pesquisas prévias e o uso de dados oficiais não são utilizados nas produções das matérias políticas como seria de se esperar. Presos a acomodações de condições de produção e interesses mais das próprias fontes quanto a seu marketing pessoal e visibilidade, os enunciados reforçam a imagem pública do ator político e não refletem criticamente sobre questões comunitárias. Com isso, o próprio jornalismo sai perdendo enormemente.

A análise dos dados pelo método comparativo ressaltou as diferenças e similaridades de cada impresso, evidenciou como aqueles jornais articulam o seu discurso e a forma para o enquadramento de notícia na editoria de política em cada caso. As categorias que se criaram para efeitos desta pesquisa cumprem uma função meramente didática e explicativa. A pesquisa evidenciou, em suma, que os jornais impressos *Folha de São Borja* e *O Regional* apresentam semelhanças sobre a cobertura dos fatos locais em política conforme as categorias que conseguimos estipular a partir de marcas enunciativas. Tais características apesar de uníssonas não são nada favoráveis ao que se preconiza chamar de um bom jornalismo. Nisso é que reside a preocupação maior que nos levou à pergunta central da pesquisa.

A política enquanto tema da rotina dos jornais permite analisar que o jornalismo local não contempla o seu papel na mediação dos conflitos sociais, antes oferece um acesso tímido sobre as informações de interesse da comunidade e um espaço limitado para o diálogo sociopolítico e a promoção do desenvolvimento daquelas comunidades. A interdisciplinaridade da pesquisa e a convergência de perspectivas em torno de mesmo objeto de investigação confirmam que o campo da política se mostra contributivo para efeito de compreensão do comportamento do meio impresso e de sua influência determinante no estágio de evolução das comunidades.

Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso. **Em Nome do Público: Jornalismo e Política nas Entrevistas dos Presidenciáveis ao Jornal Nacional**. E-Compós (Brasília), v. 16, p. 1-23, 2013. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/813/661> Data de acesso: 30, dezembro. 2017.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Série Filosofar. Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala Educacional, 2006.
- BERNARDES, C. B. **O Povo e a Política em um Jornal Popular Massivo**. Revista Intexto, v.1, n.18, p. 1-17, 2008.
- CRICK, Bernard. **Em Defesa da Política**. 1. ed. Brasília, UnB, 1981.
- FERREIRA, Gil Baptista. **Qual o Papel do Jornalismo nas Democracias Contemporâneas? Jornalismo público e Deliberação Política**. Revista Exedra, n.temático, p.79-92, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8.ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2014.
- KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**. 2.ed. São Paulo, Editora da USP, 2002.
- LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001. 222p.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Pós-marxismo sem Pedido de Desculpas**. In: LOPES, Alice Casimiro e MENDONÇA, Daniel de. (Orgs.). **A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas**. São Paulo: Annablume, 2015. p.35-72.
- MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. 2.ed. São Paulo, Editora Contexto, 2013.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Os Meios de Comunicação e a Prática Política**. Lua Nova (Impresso), São Paulo, v. 56, p. 155-184, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ln/n55-56/a07n5556.pdf> Data de acesso: 30, dezembro. 2017.
- MUTTI, R; CAREGNATO, R. **Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso Versus Análise de Conteúdo**. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.
- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento?** Campinas, Pontes, 1990.
- PINTO, C. R. J. **O Clientelismo Eletrônico: a Eficácia de um Programa Popular de Rádio**. v.16, n.1, p. 117-137, 1993.
- SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a Notícia**. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.
- TODOROV, Tzvetan. **Freud sur l'énonciation**. Langages. v. 5, n. 17, p. 34-41, 1970.
- WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1970.